

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^a Dr^a Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A838 Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Sandra Célia Coelho Gomes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-205-0
DOI 10.22533/at.ed.050202107

1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Silva, Sandra Célia Coelho Gomes da.

CDD 379.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, apresentamos a vocês o volume 2 da Coletânea, “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, uma obra que totaliza 71 artigos e 3 volumes com textos diversos e plurais que discutem a educação a partir de várias perspectivas. Este volume está organizado em dois eixos com 12 artigos cada um, que mostram a conjuntura de investigações que foram desenvolvidas em vários contextos do Brasil, expandindo assim, a reflexão filosófica e o pensamento científico a partir da perspectiva educacional.

A Educação brasileira no cenário atual parece seguir sem perspectivas de avanços, haja vista a falta de políticas públicas educacionais que dialoguem com um Brasil de muitas dimensões e diversidades. Esse cenário, clama pela valorização da educação e dos seus atores, e de um alargamento de diálogos entre o sistema político, universidades e outros organismos vinculados à educação. Diante o exposto, inferimos que: trabalhos como esses apresentados no volume 2 desta Coletânea, mostram o potencial científico e de intervenção social que advém das investigações desenvolvidas nos liames da educação.

Nessa direção, o volume 2 da Coletânea, estabelece uma teia dialógica que perpassa pela educação, promovendo a integração de termos que direcionam o pensar e a reflexão científica rumo aos contextos - histórico, político, cultural e social -, dos quais pontuamos: aprendizagem, currículo, democratização, desenvolvimento profissional, desigualdade, direitos humanos, educação, ensino, formação de professores, gestão, história, política, entre outros. Com isso, desejamos a vocês uma boa leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Maria Teresa Ribeiro Pessoa

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO A IDENTIDADE E ROMPENDO O PRECONCEITO ATRAVÉS DA LUDICIDADE	
Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria Fernanda Pereira da Silva Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.0502021071	
CAPÍTULO 2	6
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A BNCC	
Reginaldo Aparecido de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021072	
CAPÍTULO 3	19
EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDO DE ESTATÍSTICA COMO MEIOS DE EMPODERAMENTO FEMININO	
Polyana Perosa Mirella Aguiar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0502021073	
CAPÍTULO 4	25
ENSINO DE SOCIOLOGIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A SENSIBILIZAÇÃO SOCIOLÓGICA: UMA EXPERIÊNCIA COM ESTÁGIO CURRICULAR NAS ESCOLAS PÚBLICA ESTADUAIS NO SUDOESTE BAIANO	
Valdívia Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.0502021074	
CAPÍTULO 5	38
ENSINO PROFISSIONAL SIGNIFICATIVO: A METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COMO DIFERENCIAL	
Gerson dos Santos Neto	
DOI 10.22533/at.ed.0502021075	
CAPÍTULO 6	64
ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DESPROVIDA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, É POSSÍVEL?	
Jonatan Pereira da Silva Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti José Santos Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021076	
CAPÍTULO 7	78
ESTILOS DE APRENDIZAGEM E DIFERENÇAS INDIVIDUAIS EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: O CASO DE UM INSTITUTO FEDERAL BRASILEIRO	
Cicero Eduardo de Sousa Walter Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes Rafael Ângelo dos Santos Leite Polyana Carvalho Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.0502021077	

CAPÍTULO 8	93
FORMAÇÃO DE EDUCADORES E OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CONTEMPORANEIDADE	
Benjamim Machado de Oliveira Neto	
DOI 10.22533/at.ed.0502021078	
CAPÍTULO 9	103
FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL	
Talita Aparecida de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021079	
CAPÍTULO 10	116
FORMANDO PARA A DOCÊNCIA: UM PROCESSO DE INVESTIMENTO NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
Isadora Ribeiro Ibiapina	
DOI 10.22533/at.ed.05020210710	
CAPÍTULO 11	128
GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA FERNANDO RODRIGUES DO CARMO EM SANTANA-AP	
Elivaldo Serrão Custódio	
DOI 10.22533/at.ed.05020210711	
CAPÍTULO 12	143
GESTÃO EMPREENDEDORA COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA: UM OLHAR SOBRE O GRUPO SCC	
Inara Antunes Vieira Willerding	
Roberto Rogério do Amaral	
Édis Mafra Lapolli	
DOI 10.22533/at.ed.05020210712	
EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II	
CAPÍTULO 13	156
GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS FRENTE A IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROVA BRASIL	
Wanessa Vieira Modesto	
Ana Kely Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05020210713	
CAPÍTULO 14	172
INFORMÁTICA BÁSICA NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Claudemir Cosme da Silva	
Renata Makelly Tomaz do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.05020210714	
CAPÍTULO 15	181
JOÃO ALFREDO E A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL IMPERIAL	
Cíntia Farias	
Alberto Damasceno	
Suellem Pantoja	
Viviane Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.05020210715	

CAPÍTULO 16 190

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS ESCOLAS DO CAMPO

Silvanete Pereira dos Santos
Maria Onilma Moura Fernandes (In memoriam)
Sheila de Fatima Mangoli Rocha
Felipe Aleixo

DOI 10.22533/at.ed.05020210716

CAPÍTULO 17 204

MÁQUINA DE ONDAS ESTACIONÁRIAS DE DUAS FONTES

Guilherme Tavares Tel
Gabriel Felipe de Souza Gomes
Gabriel Tolardo Colombo
Luana Gonçalves
Paulo Vitor Altoé Brandão
Marcos Cesar Danhoni Neves

DOI 10.22533/at.ed.05020210717

CAPÍTULO 18 211

O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE NUMA PERSPECTIVA AUTOBIOGRÁFICA

Tuany Inoue Pontalti Ramos

DOI 10.22533/at.ed.05020210718

CAPÍTULO 19 220

O HERÓI DOCENTE: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Roseli Vieira Pires
Kátia Barbosa Macêdo
Anna Flávia Ferreira Borges

DOI 10.22533/at.ed.05020210719

CAPÍTULO 20 234

O OLHAR ACADÊMICO/PIBIDIANO SOBRE AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior
Antonio Avelar Macedo Neri
Maria das Dores Alexandre Maia
Mayara Barros Bezerra
Oscar Soares de Araújo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.05020210720

CAPÍTULO 21 245

O PAPEL ARTICULADOR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO SERVIÇO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Selma Marquette Molina
João Clemente de Souza Neto

DOI 10.22533/at.ed.05020210721

CAPÍTULO 22 257

O PAPEL DO APEGO NO PROCESSO DE INSERIMENTO DA CRIANÇA NA CRECHE

Nathália Ferraz Freitas
Sorrana Penha Paz Landim
Cinthia Magda Fernandes Ariosi

DOI 10.22533/at.ed.05020210722

CAPÍTULO 23 266

O PÁTIO ESCOLAR E OS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: PROJETOS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO – CAICÓ/RN

Aline Kelly Araújo dos Santos

Joseane Alves Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.05020210723

CAPÍTULO 24 274

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL COMO METODOLOGIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Lidnei Ventura

Klalter Bez Fontana

Roselaine Ripa

DOI 10.22533/at.ed.05020210724

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 285

ÍNDICE REMISSIVO 287

GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS FRENTE A IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROVA BRASIL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 02/06/2020

Wanessa Vieira Modesto

Faculdade Integrada Brasil Amazônia – Fibra
Belém- PA

<http://lattes.cnpq.br/5616396460867650>

Ana Kely Martins da Silva

Professora Efetiva da Universidade do Estado do Pará (Uepa), Professora da Faculdade Faci/Wyden e Professora Convidada da Fibra- Pós Graduação
Belém- PA

<http://lattes.cnpq.br/7592735932303176>

RESUMO: A Prova Brasil ¹é uma das principais avaliações em larga escala de nosso país e possui como objetivo realizar um diagnóstico da qualidade educacional no Brasil. Nesse sentido este artigo possui o seguinte problema científico: “Quais os principais desafios que a Prova Brasil estabelece para a atuação do gestor escolar? E tem como objetivo: analisar os desafios que a Prova Brasil impacta na metodologia de trabalho da Gestão pedagógica. Metodologicamente realizamos pesquisa bibliográfica e de campo a partir de entrevistas semiestruturadas com

a gestora e a coordenadora de uma escola pública na cidade de Belém do Pará, no mês de janeiro de 2019 pela qual buscamos identificar a relação dos princípios da prova Brasil com as impressões das entrevistadas. Vale ressaltar que os principais resultados foram: a avaliação em larga escala é um fenômeno que ainda precisa ser estudado, discutido para que seus resultados tragam as melhorias que a educação brasileira tanto precisa; as escolas precisam criar um canal mais efetivo para o retorno dos resultados da prova Brasil aos estudantes e seus responsáveis; a equipe gestora das escolas precisa ser integrada e convidada a participar mais das políticas públicas educacionais, em prol de melhorias para as escolas. Assim concluímos que os principais desafios que a Prova Brasil estabelece para a atuação dos gestores estão pautados na ampliação dos investimentos educacionais e em uma maior socialização junto a comunidade escolar dos princípios que fundamentam o processo de avaliação em larga escala.

PALAVRAS- CHAVE: Educação. Prova Brasil. Avaliação. Gestão.

¹ A Prova Brasil passou a ser denominada SAEB a partir de 2019.

SCHOOL MANAGEMENT AND THE CHALLENGES FACING THE IMPLEMENTATION OF THE PRINCIPLES OF THE BRAZIL TASTING

ABSTRACT: The Brazil Tasting is one of the main large-scale assessments in our country and aims to make a diagnosis of educational quality in Brazil. In this sense, this article has the following scientific problem: “What are the main challenges that Brazil Tasting establishes for the performance of the school manager? And its general objective: to analyze the challenges that Brazil Tasting impacts on the pedagogical management work methodology. Methodologically, we conducted bibliographic and field research based on semi-structured interviews with the manager and coordinator of a public school in the city of Belém do Pará, in January 2019, through which we sought to identify the relationship between the principles of the Brazil test and the impressions of interviewed. It is worth mentioning that the main results were: large-scale evaluation is a phenomenon that still needs to be studied, discussed so that its results bring the improvements that Brazilian education so badly needs; schools need to create a more effective channel for returning the results of the Brazil test to students and their guardians; the school management team needs to be integrated and invited to participate more in public educational policies, in favor of improvements for schools. Thus, we conclude that the main challenges that Brazil Tasting establishes for the performance of managers are based on the expansion of educational investments and greater socialization with the school community of the principles that underlie the large-scale evaluation process.

KEYWORDS: Education. Brazil Tasting. Evaluation. Management.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação é um fenômeno indispensável no cenário de desenvolvimento de uma nação e direito garantido por lei a todos os cidadãos. Neste sentido o governo estabelece políticas públicas, visando garanti-lo como a criação da LDB (Lei 9394/96) que em seu art.4º especifica o dever do Estado com a educação, além da organização da educação nacional. O processo de avaliação de sistema em larga escala visa estabelecer mecanismos de avaliações nacionais visando aferir a qualidade do ensino nas escolas de nosso país.

Neste artigo a relação entre os princípios da Prova Brasil e os principais desafios colocados a partir deles na organização do trabalho da equipe gestora de uma escola pública de Belém visando o sucesso dos alunos na mesma. Sobre a utilização de avaliações para a definição de políticas e programas educacionais Aragão (2013) afirma que:

A preocupação em utilizar realizar avaliação da aprendizagem do aluno para nortear a definição de programas e políticas para educação brasileira ganhou centralidade nos anos noventa do século XX. Nesse contexto, a avaliação enquanto instrumento de garantia de um ensino de qualidade e de reorganização do trabalho pedagógico passou a constituir tarefa das diferentes instâncias de governo, tendo por finalidade integrar três elementos indispensáveis à universalização do Ensino Fundamental, a saber: acesso, permanência e qualidade (ARAGÃO, 2013, p. 107).

A realização desta avaliação em larga escala exige que os alunos devam estar a par da realidade em que vivem, levando a Gestão a procurar junto com os professores novas formas de trabalhar visando uma melhor aprendizagem e o sucesso dos alunos nesta avaliação que a cada ano ganha mais importância. Entretanto, a Prova Brasil também pode ser considerada um norte curricular pois o sucesso e o fracasso dos alunos são creditados ao trabalho dos mesmos e a qualidade do ensino da instituição é relacionada com o desempenho dos alunos, o que consideramos que deva ser aprofundado e reavaliado nas escolas, via formação continuada. Em relação ao foco das avaliações educacionais Aragão (2013) afirma que:

A avaliação em educação, em geral é focada em um único elemento do processo, talvez o mais fraco: o aluno e seu desempenho. Os resultados obtidos pelos alunos não são levados em consideração na análise dos fatores que geram o fracasso ou o sucesso escolar, sendo interpretada apenas em sua dimensão individual (ARAGÃO, 2013, p. 104).

A Prova Brasil também é considerada um grande desafio para os gestores, pois, muitas vezes, os mesmos e os professores não estão preparados para essa nova forma de trabalhar. E isso pode gerar alguns problemas como por exemplo: pressão excessiva no trabalho de gestores e professores, pouca informação dos dados da mesma, entre outros.

Nesse cenário investigamos o seguinte problema científico: Quais os principais desafios que a Prova Brasil estabelece para a atuação do gestor escolar? Estabelecemos como Objetivo: analisar os desafios que a Prova Brasil provocou na metodologia de trabalho da Gestão nas escolas, constatando as ações que a escola realiza voltadas para essa avaliação.

Este artigo está dividido em seis tópicos, o primeiro são as considerações iniciais sobre a temática abordada, o segundo trata dos aspectos metodológicos que foram utilizados na elaboração do mesmo, o terceiro aborda os principais fundamentos da Prova Brasil, o quarto aborda considerações relacionadas a importância do trabalho da gestão educacional, o quinto traz os resultados obtidos na entrevista realizada com a equipe gestora da escola e por fim as considerações finais.

2 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

A abordagem utilizada foi a pesquisa qualitativa. De acordo com o site Normas e Regras (2018) este tipo de pesquisa é definida como um tipo de investigação voltada para os aspectos qualitativos de uma determinada questão. Isto significa que ela é capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente. Considera a parte subjetiva do problema. Além disso trata-se de um estudo descritivo pois buscaremos detalhar como a Prova Brasil interfere no trabalho da gestão e as atividades realizadas na escola pesquisada que visam um melhor aproveitamento dos alunos na avaliação.

O local escolhido para a realização da pesquisa foi uma escola pública de Ensino Fundamental, na cidade de Belém do Pará. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada com a gestora e com uma das coordenadoras da instituição, nos turnos da manhã e da tarde, sendo coletados no mês de janeiro do ano de 2019.

De acordo com Duarte (2018) a entrevista representa uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador tem um contato mais direto com a pessoa, no sentido de se inteirar de suas opiniões acerca de um determinado assunto.

A metodologia para a realização deste artigo foi organizada em 2 momentos, a saber:

- levantamento bibliográfico acerca da prova Brasil, na internet por meio de sites e artigos científicos.
- 02 entrevistas, com a gestora e a coordenadora, a fim de aprofundar os dados de nossa pesquisa e verificar acerca dos desafios que as mesmas possuíam em relação a Prova Brasil.

Levando em consideração os aspectos éticos que devem envolver uma pesquisa, os nomes das entrevistadas não foram revelados neste artigo para preservar a identidade das participantes e houve a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

3 | PROVA BRASIL E SEUS FUNDAMENTOS: PRINCÍPIOS, METODOLOGIA DE APLICAÇÃO NO BRASIL

Iniciaremos este tópico trazendo algumas informações relevantes acerca da Prova Brasil retiradas do portal do MEC e em seguida traremos o resultado obtido pela escola pesquisada na mesma para que possamos ter uma melhor análise do desempenho alcançado pelos alunos nesta avaliação.

Segundo o MEC, a Prova Brasil é uma avaliação para o diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

São testes aplicados no quinto e no nono ano do ensino fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho.

Segundo o MEC a partir das informações da Prova Brasil, os sistemas educacionais poderão definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país

e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias. As médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas.

Além disso, os dados também estão disponíveis para toda a sociedade que, a partir dos resultados, pode acompanhar as políticas implementadas pelas diferentes esferas de governo. No caso da Prova Brasil, ainda pode ser observado o desempenho específico de cada rede de ensino e do sistema como um todo das escolas públicas urbanas e rurais do país. (Portal MEC, 2018. Acesso em: 04/01/2019)

Como a prova é organizada? Ao todo, são elaborados 21 tipos diferentes de cadernos de prova para cada série/ano, sendo que cada aluno responde a apenas um caderno de prova. Desta forma, dois alunos não respondem necessariamente às mesmas questões. Segundo o INEP, cada caderno de prova é constituído por quatro blocos, sendo que dois são destinados a respostas de Língua Portuguesa e os outros dois abordam questões de Matemática. Os testes são de múltipla escolha, com quatro ou cinco alternativas de resposta para cada questão, sendo que apenas uma está correta.

Os alunos de 5º ano responderão a 22 itens de português e a 22 itens de matemática e os estudantes de 9º ano e do responderão a 26 itens de português e a 26 de matemática. O tempo total estipulado para a realização das provas é de 2 horas e 30 minutos.

Conforme relatado acima consideramos importante a criação de instrumentos que visem contribuir para uma maior qualidade na educação em nosso país, no entanto, como educadoras sabemos que a realização de uma prova muitas vezes não corresponde à realidade da aprendizagem do aluno podendo levar a conclusões equivocadas em relação a qualidade do trabalho da escola e ao que de fato o aluno aprendeu. De acordo com Aragão (2013, p.104) a avaliação “Constitui-se assim, em instrumento capaz de viabilizar a reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela escola e para a melhoria dos processos que ocorrem em seu interior”.

O desenvolvimento do sistema de avaliação da educação básica no país é bastante recente. Castro (2009, p.7) afirma que:

Até o início dos anos 1990, com a exceção do sistema de avaliação da pós-graduação sob a responsabilidade da CAPES, as políticas educacionais eram formuladas e implementadas sem qualquer avaliação sistemática.

Consideramos relevante ilustrarmos os resultados Prova Brasil obtidos pela escola em que realizamos a pesquisa no ano de 2017.

	5ª Ano		9ª Ano	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Escolas Federais do Brasil	247.24	258.49	309.05	326.79
Escolas Estaduais do Brasil	217.62	227.00	254.32	252.58
Escolas Municipais do Brasil	207.14	216.58	248.10	246.56
Total Brasil	214.54	224.10	258.35	258.36
Escolas Estaduais do seu Estado	189.60	193.94	231.86	225.40
Escolas Municipais do seu Estado	183.60	191.89	234.54	230.35
Total Estado	188.37	195.42	239.29	234.32
Escolas Estaduais do seu município	192.07	195.61	235.99	288.56
Escolas municipais do seu município	200.19	204.97	250.18	239.75
Total Município	195.93	199.88	240.13	232.42
Sua escola	212.27	213.83		
Escolas similares	202.32	204.12		

Tabela1: Médias de proficiência na Prova Brasil 2017²

Fonte: INEP /MEC

	5ª Ano		9ª Ano	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
2011	188.22	194.69	217.73	230.41
2013	169.61	183.90	221.77	217.09
2015	195.99	197.18	255.25	262.92
2017	212.27	213.83		

Tabela 2: Desempenho da escola pesquisada na Prova Brasil

Fonte: INEP /MEC

Como podemos observar mediante os resultados, a escola onde realizamos a pesquisa está acima da média de proficiência das escolas municipais.

² Dados relacionados ao Município de Belém e ao Estado do Pará.

4 | A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DA GESTÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

A gestão escolar é considerada fator de extrema importância no que diz respeito ao adequado funcionamento da escola ajudando no bom desempenho educacional do aluno. Menezes (2001) define a gestão escolar como:

[...] a atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos (MENEZES, 2001, p.1)

Entretanto, como educadoras, sabemos que existem vários modelos de gestão, que inclusive foram alvo de estudo em nossa especialização, e por isso daremos destaque ao modelo que consideramos mais adequado para atender as necessidades educacionais dos alunos atualmente: a gestão democrática. Este modelo de gestão tem sido muito discutido e acreditamos que embora ainda precise ser efetivada as escolas têm consciência da importância da mesma.

Mas o que seria de fato uma gestão democrática? De acordo com Fonseca (2015) a gestão democrática pode ser definida como:

O processo a partir do qual os sujeitos envolvidos na vida da instituição escolar participam efetivamente da discussão, da tomada de decisões, e do planejamento e encaminhamento de ações relacionadas à organização do trabalho no seu interior, em face de seus objetivos e finalidades, do mesmo modo que assumem a tarefa de acompanhar e avaliar as ações e decisões coletivamente assumidas (FONSECA, 2015, p.1).

Consideramos que a gestão democrática é uma das bases fundamentais para se ter uma educação de qualidade. Trata-se da participação ativa e consciente da comunidade escolar nas escolhas importantes referentes aos rumos a serem tomados pela escola. Este modelo de gestão contrasta como modelo tradicional na qual o gestor toma para si a centralidade destas decisões ignorando, muitas vezes, as outras pessoas que fazem parte do universo escolar e também estão envolvidas no processo educacional dos alunos. Este modelo de gestão ainda é muito presente nas escolas hoje. Ainda sobre o conceito de gestão democrática Gadotti (2014) afirma que:

A gestão democrática não é só um princípio pedagógico. É também um preceito constitucional. O parágrafo único do artigo primeiro da Constituição Federal de 1988 estabelece como cláusula pétrea que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, consagrando uma nova ordem jurídica e política no país com base em dois pilares: a **democracia representativa** (indireta) e a **democracia participativa** (direta), entendendo a participação social e popular como princípio inerente à democracia. Em seu artigo 206, quando a Constituição Federal estabelece os “princípios do ensino”, inclui, entre eles, no Inciso VI, a “gestão democrática do ensino público”, princípio este retomado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (GADOTTI, 2014, p.1).

Fonseca (2015) destaca alguns mecanismos e práticas que tornam real a participação

na gestão da escola:

- A realização de eleições diretas para a escolha dos dirigentes escolares pelos membros da instituição educativa (professores, alunos, funcionários, pais), com mandato e atribuições definidas a partir de um plano de trabalho apresentado à comunidade escolar e com alternância e rotatividade dos eleitos;
- A instituição e o funcionamento efetivo de conselhos escolares com representação de todos os segmentos da comunidade escolar, com funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras, como instância coletiva de planejamento e tomada de decisões e que assegure o debate coletivo e democrático no processo de planejamento, a transparência no acesso e no compartilhamento da informação e a prestação de contas no uso de recursos financeiros e materiais;
- A instituição e o funcionamento do grêmio estudantil, como instância de organização e representação do corpo docente, tanto para a defesa e manifestação dos seus interesses como para a vivência e o aprendizado de práticas democráticas.
- A instituição e o funcionamento do conselho de classe, enquanto espaço coletivo de discussão pedagógica, em torno de questões relacionadas ao ensino, à aprendizagem e à avaliação, envolvendo professores das diversas disciplinas e séries, equipe pedagógica e representação dos alunos, com o propósito de acompanhar, refletir e avaliar as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, levantar situações e dificuldades presentes nas atividades educativas realizadas em sala de aula e propor medidas e ações relativas às mesmas, tendo em vista a efetividade e a busca de qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

A gestão democrática vai muito além das questões burocráticas. Nela também estão presentes as relações interpessoais que permeiam este ambiente de tantos conflitos e contradições que é o ambiente escolar, posto que muitas vezes, o que a escola planeja aplicar na teoria não acontece na prática, devido à falta de entrosamento da equipe pedagógica o que consideramos extremamente prejudicial e algo que não deveria acontecer. Freitas (2018) destaca a importância de avaliar a concepção de gestão presente nas avaliações em larga escala realizadas no país:

Diante disso, destaca-se aqui a importância de avaliar para que concepção de gestão democrática tem concorrido a prática da avaliação em larga escala realizada pela União, nos últimos quinze anos. Uma vez que a avaliação é componente estratégico da gestão educacional e esta deve ser de natureza democrática, cabe avaliar se essa avaliação tem sido efetiva nessa direção. O mesmo precisa ser verificado com relação aos sistemas de ensino e escolas, como parte da consecução da regulação instituída (FREITAS, 2008, p.1).

Neste sentido cabe ao gestor sempre procurar ter um bom relacionamento com as pessoas que fazem parte da escola, estar sempre atento e ouvir as necessidades das mesmas, contribuir com o coordenador pedagógico na resolução dos problemas que apareçam, zelar pelos benefícios financeiros que a escola pode receber atentando para os prazos para não correr o risco de perda dos mesmos, o que pode trazer consequências para o aprendizado dos alunos. Freitas (2008) afirma que a prática da avaliação demonstra o grau de democratização existente na gestão das escolas:

Por outro lado, a prática da avaliação – sua lógica, seus propósitos, seu modelo e seus usos – concorre para a configuração de um padrão de gestão mais ou menos próximo/ distante do ideal democrático propugnado por esferas públicas, pois a avaliação é um dos componentes constituintes da gestão. Assim, tanto a forma como se dá a prática da avaliação como a inexistência dela expressam os fundamentos, o caráter e o grau do compromisso de democratização de determinada gestão. A forma como se avalia pode ser bem mais reveladora da democratização ou não da gestão do que a existência de processos e mecanismos de eleição, ação colegiada, ação coletiva e participativa (FREITAS, 2008, p.1).

5 | OS PRINCIPAIS DESAFIOS: PROVA BRASIL E GESTÃO

Neste tópico abordaremos os resultados obtidos com a entrevista da equipe gestora da escola escolhida para a realização de nossa pesquisa. Abaixo traçaremos um breve perfil das participantes da mesma e em seguida detalharemos quais os principais desafios relatados por elas no que diz respeito a Prova Brasil. A entrevista foi realizada no dia 22/01/2019, sendo dividida em tópicos para uma melhor análise dos dados obtidos.

Perfil das participantes

Gestora	Coordenadora
<p>Idade: 55 anos</p> <p>Formação escolar: graduada em Pedagogia e administração escolar com especialização em docência no ensino superior e informática educativa.</p> <p>Tipo de vínculo empregatício no local de trabalho: efetivo</p> <p>Tempo de serviço como gestora: 5 anos</p> <p>Turnos de trabalho: manhã, tarde e noite.</p> <p>Modalidades que atua: Ensino Fundamental I e II</p> <p>Carga horária mensal: 200hs.</p>	<p>Idade: 60 anos</p> <p>Formação escolar: graduada em Pedagogia com especialização em gestão educacional e psicopedagogia</p> <p>Tipo de vínculo empregatício no local de trabalho: efetivo</p> <p>Tempo de serviço como gestora: 24 anos</p> <p>Turno de trabalho: Tarde</p> <p>Modalidades que atua: Ensino Fundamental II</p> <p>Carga horária mensal: 200hs.</p>

De acordo com o perfil das entrevistadas podemos constatar que são profissionais experientes em sua área de atuação, com formação acadêmica adequada ao exercício de sua função.

5.1 Impressões das entrevistadas sobre a Prova Brasil

Seguimos a entrevista buscando as impressões acerca da prova Brasil a gestora afirmou que considerava como um avanço, pois acreditava ser necessária uma avaliação

em todos os âmbitos de nossa vida, desde que os resultados tragam as melhorias necessárias para as escolas e contribuam para o seu trabalho. De acordo com a mesma:

Desde que os resultados sirvam pra realmente implementar melhores ações para as escolas, pra redirecionar algo que esteja ocorrendo de uma forma inadequada eu penso que ela não é prejudicial! Ela é uma política de avaliação que até nos dá uma visão geral de onde o sistema está falhando (ENTREVISTA COM A GESTORA, DIA 22 DE JANEIRO DE 2019).

Embora considerando a prova como algo positivo, segundo a gestora, ela também possui alguns problemas a serem superados, como por exemplo, a forma que os seus resultados são tratados não retornando em melhorias para as escolas, como podemos observar no trecho da entrevista descrito abaixo, no qual a mesma fala de sua preocupação em relação a esta situação que ocorre com a Prova Brasil :

Então o pressuposto é maravilhoso, porém, não se sabe se o uso que é feito desse resultado se ele realmente redimensiona uma ação entendeu? Então aí é que é o problema!” e completa: infelizmente a gente percebe que o resultado disso ainda não nos traz avanço entendeu? Não que a Prova Brasil seja inadequada! Pelo contrário ela é extremamente necessária, porém se ela trouxesse realmente um resultado! (ENTREVISTA COM A GESTORA, DIA 22 DE JANEIRO DE 2019).

A coordenadora, em relação a essa questão, nos afirmou que considera a prova como um avanço pois ela avalia tanto o aluno quanto o trabalho do professor. Ela nos relatou que:

Quando o aluno tem um bom desenvolvimento, é logico que o professor usou estratégia, metodologias inovadoras que ajudou este aluno! Quando a gente percebe que o aluno ele não teve esse avanço é sinal que o professor também precisa melhorar (ENTREVISTA COM A COORDENADORA, DIA 22 DE JANEIRO DE 2019).

5.2 Acesso aos resultados da escola na Prova Brasil

De acordo com a gestora esses resultados são obtidos, primeiramente na internet e logo após os gestores de todas as escolas são chamados para uma reunião na Secretaria para o debate desses resultados.

A coordenadora tem acesso aos resultados pela gestora quando retorna da reunião na secretaria citada acima. Ainda segundo a mesma, esses resultados podem gerar melhoria na qualidade do trabalho do professor, pois, eles contribuem para o professor identificar onde precisa haver mudanças em sua metodologia, colaborando para a melhor aprendizagem dos alunos e a obtenção de resultados satisfatórios na Prova Brasil.

5.3 Mudanças provocadas pela Prova Brasil no trabalho da equipe Gestora da escola

Quando questionadas sobre as mudanças que a Prova Brasil provocou/ provoca no modo de trabalhar da equipe gestora da escola obtivemos as seguintes afirmações das entrevistadas: A gestora nos relatou que as principais mudanças tem a ver com a questão financeira, pois, segundo ela, a equipe pedagógica é dedicada e gosta do que faz, o que

ela considera importante. Ela nos afirmou que a educação precisa de mais investimentos.

A coordenadora afirmou que a principal mudança foi o “olhar” mais aprofundado para as necessidades educacionais do aluno e reforça a importância do apoio da família nesse processo no trecho abaixo a mesma explica como a escola procede para que a família participe da preparação dos alunos para esta avaliação e destaca a principal mudança ocorrida em seu trabalho relacionada a Prova Brasil. Segundo ela esta mudança :

É justamente isso! A gente saber onde está o aluno fraco pra que a gente possa trabalhar com ele, com a família, porque aqui nós, quando aproxima o período da prova, nós chamamos os pais: Olha eles vão passar por uma avaliação e nós precisamos do acompanhamento de vocês! Por que se família e escola não caminharem juntas [...] (ENTREVISTA COM A COORDENADORA, DIA 22 DE JANEIRO DE 2019) .

Em outro momento da entrevista ainda durante a questão a coordenadora afirmou que a participação da família na vida escolar do aluno afeta o comportamento do professor, pois com a família dos alunos presente, ele se sente incentivado a procurar novas metodologias que beneficiem a aprendizagem dos mesmos, como podemos observar no trecho da entrevista descrito a seguir:

É muito importante porque aqui na escola, a família vem saber a situação do aluno, isso leva também ao professor a se esforçar mais, a procurar novas metodologias, porque ele tá sendo acompanhado! E se a família não vem [...] (ENTREVISTA COM A COORDENADORA, DIA 22 DE JANEIRO DE 2019).

5.4 A Prova Brasil e as necessidades educacionais dos alunos

Perguntamos também se a Gestora e a Coordenadora acreditam que a prova atende as necessidades educacionais dos alunos e o que precisa ser melhorado nesse processo, a gestora abordou diversos aspectos interessantes sobre esta questão. Abaixo descrevemos o trecho da entrevista onde ela faz importantes afirmações:

[...] a concepção da prova, assim, os pressupostos da prova, ele é interessante porque tu notas, por exemplo, se tu estas falando de estrutura, de como ela vem tu notas eu olhei, vem nos questionários que vem pros gestores, o próprio modelo da prova, ele é interessante sim! Porque ele [...] ele tem essa [...] na estrutura dela ele tem esse olhar para uma avaliação do todo! É um instrumento que consegue dar um resultado do que é que tá falhando no processo! Se é o processo metodológico, se é as questões de investimento financeiro, recursos, dá pra... pro que ela se propõe ela tá bem elaborada! O problema é apenas o resultado! O que é feito desse resultado! (ENTREVISTA COM A GESTORA, DIA 22/01/2019).

A afirmação da gestora em relação aos resultados da prova é compartilhada por Castro (2009) de acordo com a autora:

O principal desafio é definir estratégias de uso dos resultados para melhorar a sala de aula e a formação dos professores, de modo a atingir padrões de qualidade compatíveis com as novas exigências da sociedade do conhecimento (CASTRO, 2009, p.8).

A coordenadora afirmou que os alunos apresentam certas dificuldades em responder as questões da mesma principalmente, no que diz respeito ao ensino da leitura e

interpretação de texto, o que comprometem o sucesso do aluno na avaliação.

5.5 Os desafios enfrentados pela gestão em relação a Prova Brasil

Questionamos as entrevistadas sobre quais são os principais desafios que elas realmente enfrentam em seu trabalho em relação a Prova Brasil e a gestora voltou a nos informar que considera indispensável a ampliação dos investimentos na educação (infra-estrutura, salários, formação continuada, etc). E que os resultados da prova Brasil possam gerar melhorias para as escolas, o que consideramos que deva ser um dos objetivos desta avaliação, que busca contribuir para a qualidade educacional de nosso país. De acordo com a Gestora:

Então é [...] esses, esses resultados da Prova Brasil eu tenho certeza que mostram que existe uma necessidade muito grande de um investimento salarial, de maneira que o professor não tenha de horas disponíveis na escola, só as 4 horas que ele dá aula! Porque como se pensar em um Projeto Político- Pedagógico de uma escola se o professor chega 8 e sai 11 porque é o horário dele e isso os 365 dias que nem é na verdade! Os 200 dias do ano! Aí cai no investimento! Por que que cai no investimento? Porque pra que isso fosse possível nós precisaríamos que o professor fosse remunerado! adequadamente pra passar mais horas na escola! Porque como ela ganha somente pra aquelas 4 horas diárias, ele precisa ter outras escolas pra trabalhar, ele precisa trabalhar manhã, tarde e noite! (ENTREVISTA COM A GESTORA, DIA 22/01/2019).

A respeito da questão financeira, que segundo a gestora, é um dos principais desafios enfrentados por ela em suas atividades, Freitas (2008) afirma que elas não podem ser consideradas como entraves aos objetivos que a gestão possui relacionadas aos resultados dos alunos nessas avaliações como descrito abaixo:

Mesmo que o ordenamento constitucional não estabeleça explícita associação da avaliação com o princípio de gestão democrática e nem determine de forma direta a necessária inter-relação dessas práticas, nota-se que ele não coloca entrave para os esforços de qualificação de ambas as práticas, ainda que o financiamento educacional não a favoreça. Logo, a relação/inter-relação de gestão e avaliação na educação emerge como objeto avaliativo (FREITAS, 2008, p.1).

A coordenadora afirmou que o maior desafio enfrentado é o medo que os alunos têm da avaliação e essa situação a deixa bastante triste. Esse medo segundo ela está relacionado ao fato de que: *“Eles trabalham de uma forma diferente! eles não têm prova, eles têm atividades, trabalhos, aí faz aquela somatória toda! Não tem aquela questão: vamos fazer prova hoje! A prova sempre amedronta o aluno!”* (ENTREVISTA COM A COORDENADORA DIA 22 DE JANEIRO DE 2019). O outro desafio relatado pela mesma é o desinteresse de alguns pais em fazer com que os filhos participem das atividades relacionadas a avaliação nos contraturnos:

Se eu marcar, por exemplo, vou fazer uma oficina de língua portuguesa e preparação pra Prova Brasil pela manhã muitos pais não mandam! O pai não tá em casa, não orienta o filho, ou o filho tem que trabalhar por algum motivo, fazer alguma coisa, então a gente sempre procura fazer dentro do nosso horário de trabalho! (ENTREVISTA COM A COORDENADORA DIA 22 DE JANEIRO DE 2019).

5.6 Sugestões para o enfrentamento desses desafios

Solicitamos que as entrevistadas dessem sugestões de como enfrentar esses desafios citados por elas. Para a gestora, as soluções, embora ela acredite que sejam difíceis de serem atendidas seriam a análise dos resultados da prova por pessoas ligadas a área da educação e a valorização dos professores, que são elementos fundamentais no sucesso dos alunos nesta avaliação. Segue trecho da entrevista onde ela explica melhor essas sugestões:

Bom, eu penso que, primeiro, eu vou sonhar bastante alto agora tá, na minha resposta, tá, eu acho que primeiro as pessoas que são as [...] responsáveis por analisar esses resultados fossem pessoas experientes na área da educação mesmo! E não pessoas de outras áreas. Que quem tivesse nas mãos os resultados dessas provas, dessas análises, que se transformassem em investimentos fossem gestores da educação mesmo! porque eles teriam esse olhar de compreender que o Pedagógico depende exclusivamente dos investimentos em outras áreas, em recursos! (ENTREVISTA COM A GESTORA, DIA 22/01/2019)

Além disso a mesma reforçou a importância do apoio a formação continuada dos professores. A coordenadora nos deu como sugestões a intensificação do trabalho junto a família em relação a importância da preparação do aluno para esta avaliação e o trabalho do professor com questões relacionadas ao cotidiano do aluno. No trecho a seguir a coordenadora explica como a escola está trabalhando em relação a segunda sugestão dada:

Nós agora no planejamento, nós vamos estar trabalhando com os professores, questões que foram da Prova Brasil! São questões rebuscadas, de inteligência que não é necessário dizer: Ah! o aluno ele sabe tudo e ele acertou! Ele é parcial, ele não consegue! Tem muita reflexão na prova! Você tem que ler, interpretar, são coisas do dia a dia! Isso que a gente trabalha! então não é bicho do outro mundo! É questões do dia a dia! (ENTREVISTA COM A COORDENADORA DIA 22 DE JANEIRO DE 2019).

As entrevistadas afirmaram a importância da participação da família, junto a escola, nesse processo, e a existência de atividades que preparam esse aluno para a avaliação. Também acreditamos na importância que a parceria escola família possui na aprendizagem e essa não deve ser resumida apenas a uma mera preparação para a realização dessa importante avaliação. Segundo Castro:

A maioria das escolas não sabe como melhorar seus resultados, os sistemas de ensino enfrentam dificuldades técnicas para apoiar pedagogicamente suas escolas e os pais ainda não entenderam o significado da prova (CASTRO, 2009, p.11).

Como sugestão acreditamos que a Prova Brasil deveria avaliar não somente as disciplinas de língua portuguesa e matemática, posto que os alunos também possuem outras disciplinas em seu currículo, no entanto, o acréscimo das mesmas na avaliação precisaria ser feito com bastante cautela, sempre considerando que a prova deve levar em consideração a realidade dos alunos e o trabalho que a escola realiza, haja vista que um dos objetivos da avaliação é verificar se este trabalho ocorre de forma adequada a

melhor aprendizagem dos alunos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais abordam algumas questões que consideramos relevantes obtidas por meio da pesquisa realizada e que nos inquietam como profissionais da educação. Consideramos a Prova Brasil como um importante instrumento nas políticas públicas educacionais do governo voltadas para a Educação básica. Esta pesquisa nos fez compreender a importância dessas políticas para o nosso país, pois elas, em tese, possibilitam o direito a uma educação de qualidade garantida por lei a todos os cidadãos que infelizmente muitas vezes não tem o conhecimento suficiente para exigí-los.

Sabemos que essas políticas não são a solução dos problemas educacionais que nosso país enfrenta, porém podem ser consideradas um avanço no direito à educação das classes menos favorecidas que antes não tinham acesso ao sistema educacional. Castro (2009) descreve como a medição da qualidade educacional em nosso país era realizada e suas consequências para a população com menos recursos, que era bastante prejudicada em relação ao direito a uma educação de qualidade. Segundo a autora:

Até recentemente, media-se a qualidade de um sistema educativo com base nos indicadores de acesso e permanência na escola, tais como matrícula, cobertura, repetência, evasão, anos de estudo, etc. O acesso à educação formal era limitado e a população com menos recursos estava praticamente excluída do sistema, quando muito permanecia alguns anos na escola. O acesso e a permanência no sistema eram considerados sinônimos de aquisição de conhecimento e das competências básicas (CASTRO, 2009, p.6).

Acreditamos que a prova Brasil tem adotado um grau de exigência em nível curricular, o que muitas vezes deixa o aluno tenso, prejudicando o seu desempenho e aflige também o professor pois como conforme mencionado acima, o insucesso do aluno é relacionado, na maioria das vezes, ao seu trabalho em sala de aula.

De forma geral, torna-se necessário que os resultados dos alunos possam retornar em melhorias para as escolas como por exemplo: melhor infra- estrutura física , remuneração adequada do professor, formação continuada, tendo em vista que o trabalho dele é de extrema relevância para o bom desempenho do aluno na prova, acreditamos também que a parceria com a família é de fundamental importância nesse processo pois a educação não compete somente a escola e também é dever dos pais ou responsáveis o incentivo dos filhos em relação ao aprendizado.

Consideramos importante salientar que a Prova Brasil, assim como as outras políticas públicas educacionais, reflete o interesse do governo vigente no país em relação a questão educacional. Logo, seus resultados podem ser utilizados de forma a ilustrar o que a educação pública precisa para melhorar e contribuir efetivamente para que a mesma alcance melhores resultados.

Infelizmente, o Estado do Pará possui um dos piores desempenhos no que diz respeito ao IDEB e desses resultados deveriam surgir soluções para esses problemas enfrentados pela educação. No entanto, vivemos em um país capitalista, onde a educação é tratada como mercado, prejudicando a camada mais carente da população, privando-a de um ensino de qualidade, o que garantiria um futuro melhor. Sobre esta situação Petronzelli (2011) afirma que:

A propósito, destacamos que esta política de descentralização, no Brasil, está associada a uma sociedade de classes na qual o maior percentual da população sobrevive em condições de extrema precariedade e, cujos filhos, têm apenas a Escola Pública como referência de acesso ao conteúdo historicamente produzido pelos homens. Outro ponto a ser considerado é que estamos subordinados às políticas do Banco Mundial cujo interesse, de acordo com a política de globalização, é expandir o mercado de consumo. Nestas circunstâncias, o questionamento mais plausível está veiculado aos conteúdos a serem trabalhados pelas escolas do Ensino Fundamental tendo em vista a tentativa de compreensão dessa dinâmica de contrastes (PETRONZELLI, 2011, p. 199).

Acreditamos ser necessário mais atenção para as escolas e um maior investimento, pois, essas escolas muitas vezes se encontram em situação precária, dificultando o trabalho do professor e a aprendizagem dos alunos. Sobre essa diferenciação no tratamento das escolas, originadas pelo resultado da Prova Brasil, Soares (2013) afirma que:

Para além de sua função diagnóstica e de subsidiar a formulação de políticas públicas, os resultados da Prova Brasil, da ANEB e do IDEB, têm servido à comparação entre escolas, assim como à criação e divulgação de *rankings*, num movimento que tem dado ênfase às escolas que se destacam pelas médias mais altas em contraposição ao isolamento daquelas que não logram bom desempenho nos testes (SOARES, 2013, p. 155).

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, M.R.; FERREIRA, R.P.S; SANTOS, B.V.J. **Prova Brasil: Instrumento De Avaliação Dos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental**. Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais I Aracaju I v. 1 I n.16 I p. 103-114 I mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/download/512/250> . Acesso em: 04/01/2019

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996**

BRASIL. Ministério da Educação. **Prova Brasil – Apresentação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil> . Acesso em: 04/01/2019

CASTRO, M.H.G. **Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios**. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <www.scielo.br>. Acesso em: 02/01/2019

DUARTE, V. M. N. **Entrevista**. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/regras-abnt/entrevista.htm> . Acesso em: 26/12/2018

FONSECA, F. N. **Gestão Democrática Da Escola**. Portal educação. Disponível em: www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/gestao-democratica-da-escola/67690 . Acesso em: 02/02/2019

FREITAS, D. N. T. **Gestão Democrática - Avaliação e gestão democrática**. Portal Educação. Disponível

em: www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/gestao-democratica-avaliacao-e-gestao-democratica/6103 . Acesso em: 02/02/2019

GADOTTI, M. **Gestão Democrática Com Participação Popular No Planejamento E Na Organização Da Educação Nacional**. 2014. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf . Acesso em: 04/02/2019

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. São Paulo. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Educação cidadã; 2)

INEP. **Prova Brasil**. Disponível em: <http://sistemasprovabrazil.inep.gov.br/provaBrasilResultados/view/boletimDesempenho/boletimDesempenho.seam> . Acesso em: 06/02/2019

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. **Verbetes gestão escolar**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/gestao-escolar/>. Acesso em: 01 de fev. 2019.

PETRONZELLI, C. **Avaliação Institucional – Prova Brasil: No Contexto Da (Pós)Modernidade**. I seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação. Curitiba.2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4877_2615.pdf. Acesso em: 08/02/2019

Site Normas e Regras. **Pesquisa Qualitativa – O que é? Como fazer uma? TCC e Monografias**. Disponível em: <https://www.normaseregras.com/dicas/pesquisa-qualitativa/> acesso em: 26/12/2018

Site Q Edu academia. **Estrutura da Prova Brasil**. Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/prova-brasil/estrutura-da-prova-brasil/> . Acesso em: 04/01/2019

SOARES, M.S. **Avaliação da educação em larga escala: (a) Prova Brasil**. Tópicos Educacionais, Recife, v.19, n.2, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/download/22373/18568>. Acesso em: 08/02/2019

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 151, 183

Apego 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Aprendizagem 2, 11, 12, 21, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 69, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 121, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 152, 153, 157, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 200, 211, 213, 218, 234, 236, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 256, 268, 269, 272, 286

C

Currículo 6, 7, 10, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 37, 69, 72, 97, 101, 103, 132, 168, 175, 179, 181, 190, 196, 201, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 264, 265, 285

D

Democratização 11, 118, 124, 136, 142, 163, 164, 239, 274, 275, 276, 277, 278, 280

Desenvolvimento Profissional 211, 212, 214, 215, 218, 219, 285

Desigualdade 20, 21, 98, 100, 103, 104, 107, 111, 199

Direitos Humanos 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 70, 256

Diversidade 1, 2, 3, 4, 5, 13, 19, 68, 88, 97, 98, 100, 138, 153, 193, 249, 283, 284, 285

Docência 24, 37, 38, 41, 50, 93, 94, 109, 116, 117, 120, 122, 124, 125, 164, 191, 195, 196, 197, 201, 202, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 229, 231, 232, 234

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 50, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 150, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 244, 245, 246, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 282, 283, 284, 285, 286

Educação do Campo 68, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Educação Infantil 1, 2, 3, 4, 5, 13, 15, 133, 195, 199, 218, 258, 260, 261, 264, 268, 274, 275
Educação Integral 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77
Educação Sexual 19, 20, 21, 22
Emoções 65, 103, 104, 107, 108, 109, 111, 114, 115
Empreendedorismo 143, 144, 145, 146, 147, 152, 154, 155
Ensino de Sociologia 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37
Ensino Fundamental 13, 14, 16, 22, 50, 53, 56, 94, 97, 101, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 157,
159, 164, 170, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 194, 195, 216, 218, 221, 268, 274, 275
Ensino Profissional 38, 43, 44, 59, 62
Ensino Superior 41, 120, 123, 164, 183, 220, 224, 228, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241,
242, 243, 244, 285, 286
Estágio Curricular 25, 33, 35, 116, 123, 125
Estilos de Aprendizagem 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89
Estudo de Estatística 19, 20
Experimento Didático 204

F

Formação de Educadores 18, 93, 196
Formação de Professores 4, 18, 25, 33, 37, 98, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 179,
187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 202, 211, 212, 219, 236, 238, 244, 285, 286
Formação Docente 32, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 192, 195,
197, 219, 285

G

Gestão Democrática Participativa 128, 129, 130, 132, 133, 139, 141
Gestão Empreendedora 143, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155
Gestão Escolar 93, 131, 140, 156, 162, 171, 274, 275, 278, 279, 280, 284

H

História 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 14, 16, 21, 24, 39, 68, 69, 76, 95, 96, 101, 116, 120, 121, 127, 149,
181, 182, 188, 190, 194, 201, 202, 214, 216, 217, 218, 219, 221, 229, 233, 245, 277, 282, 284, 286

I

Império 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 221, 277
Informática Básica 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180
Instrução Pública 181, 182, 183, 184, 185, 221

L

Ludicidade 1

O

Ondas 204, 205, 206, 208, 209, 210

P

Prática Educativa 63, 101, 118, 129, 130, 133, 141, 203, 244, 248, 249, 283

Práticas Avaliativas 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Prova Brasil 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171

S

Socioeducação 245, 247, 248, 249, 250, 252, 254

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br